

Collor convocará

Política

TERÇA-FEIRA, 1 DE JANEIRO DE 1991

Congresso ainda este mês

Passarinho avisa que o presidente interromperá recesso para resolver a política salarial

BRASÍLIA — A convocação do Congresso Nacional, na próxima semana, é inevitável e será feita pelo presidente Fernando Collor e não automaticamente em decorrência da reedição de Medidas Provisórias, garantiu ontem o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Ele argumenta que o fim da validade da Medida Provisória 273, dia 29, deixou o País em uma situação difícil, sem uma política salarial ajustada ao projeto econômico. Passa a vigorar a proposta do Congresso de julho de 1989, que atrela os salários de até 10 mínimos ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

“Não podemos aceitar um sistema que destrói completamente os pilares do Plano Collor”, afirmou Passarinho, contestando o uso da reindexação dos salários ainda que provisoriamente. O ministro da Justiça reiterou que o governo vai vetar inteiramente o projeto de conversão do Congresso que fixou a política de indexação salarial e concedeu abono entre 5% e 12% para os trabalhadores no mês de janeiro. O abo-

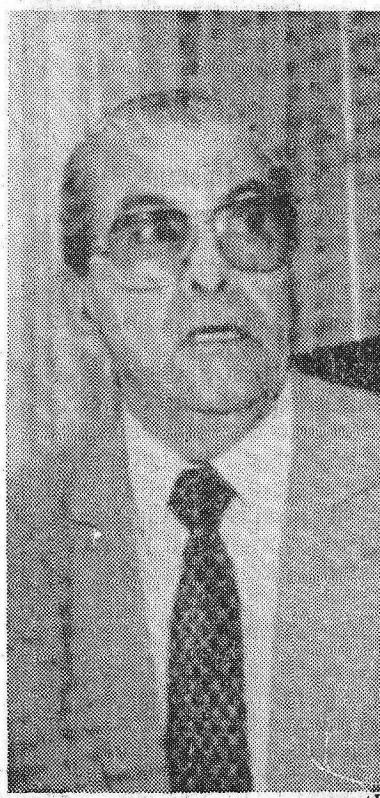
no, extensivo aos funcionários públicos e militares, coincidiu com a data-base das categorias, “que passariam a desfrutar de uma situação privilegiada”, justificou.

Passarinho acha descabido o conselho do presidente do Congresso, senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ), para que o governo “pense duas vezes antes de convocar os parlamentares no recesso”, argumentando que isto se dará de forma automática cinco dias após a reedição ou edição de Medidas Provisórias. “Está no artigo 62 da Constituição, que o próprio Congresso elaborou”, lembrou. A diferença na convocação formal do presidente da República é que ele próprio pode definir a pauta, sem se prender à Medida que o levou a chamar os congressistas. Além da política salarial, serão igualmente colocadas em votação mais três Medidas Provisórias: a que disciplina a mensalidade escolar, a que extingue o Lloyd Brasileiro e a que aumenta as alíquotas do Imposto Territorial Rural (ITR). Segundo o ministro, o Congresso demonstrou capacidade de superar a falta de quórum no último esforço concentrado, com acordos de liderança, o que poderia ser repetido agora no recesso.

VOLTA AO TRABALHO

O presidente Fernando Collor retorna a seus despachos no Palácio do Planalto amanhã com uma reunião de trabalho com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eduardo Modiano, que também preside a Comissão de Desestatização. Durante o encontro, receberá relatório sobre o andamento da transferência de estatais para a iniciativa privada. A relação inclui 20 empresas, entre as quais estão as siderúrgicas Usiminas e Tubarão, além das empresas da área petroquímica, a Petrofértil, a Nitrofértil e a Fosfértil.

Em seguida, o presidente reúne-se com os ministros da Agricultura, Antônio Cabreira; e da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para discutir os vetos que serão feitos na Lei Agrícola recentemente aprovada pelo Congresso. Até o final da semana, Collor definirá a data de convocação extraordinária do Congresso para a apreciação da reedição da Medida Provisória 273, que trata da política salarial.



Passarinho: haverá quórum